



A ESCRITURA COMO CICATRIZ

Simone Moschen Rickes

RESUMO – *A escritura como cicatriz.* O presente trabalho se propõe a pensar o movimento de inscrição de um lugar de leitura para o texto, que o sujeito, em sua função autor, empreende, como uma operação denegatória da alteridade que o constitui e que lhe escapa, não sendo, a função autor, por isso, passível de instrumentação. Para tanto, recorremos aos conceitos de heterogeneidade mostrada e de heterogeneidade constitutiva, tal como propostos por Authier-Revuz, tecendo-os aos fios da noção de denegação – *verneinung* – em Freud. Dessa tessitura emerge a escrita como operação que faz trabalhar a falta que é constitutiva do sujeito. Esse trabalho se vê atravessado por um movimento paradoxal pois, ao procurar apagar a referida falta, não faz outra coisa senão revelá-la. Sua elaboração problematiza a educação instrumentadora de um sujeito que, em uma condição de domínio, usaria a escrita para se expressar. A escrita é proposta, não unicamente como produto, mas, antes de tudo, como produtora de um lugar de sujeito / autor.

Palavras-chave: *escrita, autor, alteridade, denegação.*

ABSTRACT – *Writing as scar.* This paper aims to reflect on the movement of inscription of a reading place for the text, undertaken by the subject, in his function as author, as an operation of denial – *verneinung* - of the alterity that constitutes and escapes him, with the author function being, therefore, unsusceptible to be instrumentalised. To discuss this question, we use the concepts of shown heterogeneity and constitutive heterogeneity, as proposed by Authier-Revuz, relating them to the notion of denial – *verneinung* – in Freud. From this relation, writing emerges as an operation that puts at work the lack that is constitutive of the subject. This work is crossed by a paradoxical movement because, when it seeks to remove this lack, it only reveals it more. Its elaboration discusses an education that is able to provide tools to a subject who, in a domain condition, would use writing to express him/herself. Writing is proposed not solely as a product, but, above all, as producer of a subject's / author's place.

Key-words: *writing, author, alterity, denial.*

Partindo do leitor modelo¹

Umberto Eco (1994), na primeira de uma série de conferências que realizou acerca da narrativa, examina o título de um de seus livros “Lector in fabula”. O autor remete esse título à expressão italiana *Lupus in Fábula*, algo que teria seu equivalente no português ao dito popular “falou no diabo, apontou o rabo”. A troca da palavra *lupus* por *lector* é uma forma de aludir ao fato de que sempre quando se inicia a contar uma história imediatamente o leitor se faz presente, seja este explicitamente a pessoa que a lê (ou ouve), seja simplesmente um lugar ao qual ela se dirige. Trata-se, respectivamente, do leitor empírico e do leitor modelo (p. 7).

O leitor modelo refere-se àquela instância ideal à qual o autor se dirige, tomando-o como um colaborador que torna possível à sua produção encontrar uma interpretação². Na instauração desse lugar, o autor lança mão de uma série de estratégias textuais que lhe permitem delimitar esse mesmo lugar assim como constituí-lo (idem, p. 14). Se observamos, por exemplo, um texto que inicia por “Era uma vez...”, logo saberemos que se trata de uma história infantil. Começá-lo dessa forma não é fruto de um mero acaso, mas uma tentativa do autor de delimitar seu leitor modelo. Ocorre, outras vezes, de o autor não operar contando simplesmente com as competências já construídas pelo seu destinatário, mas no sentido de instrumentalizá-lo para que possa ajudar o seu texto a funcionar (Eco, 1979, p. 37). A adoção de uma ou outra estratégia textual dependerá da forma como o autor constitui o lugar do leitor modelo.

Assim, a produção textual, em seu momento de constituição mesma, postula, como condição de sua existência, um destinatário capaz de atualizar os “artifícios de expressão” veiculados pelo texto. É quase como se, ao iniciar uma escritura, um leitor modelo, um outro virtual, fizesse-se presente como efeito e, ao mesmo tempo, como causa de sua construção. Para o autor, o leitor modelo é “alguém” que está em seu horizonte, não só como um lugar dado a quem a mensagem se dirigiria, senão que é também um lugar construído pelo próprio texto. O texto, como um escultor, modela seu leitor, auxiliando-o na construção de uma competência interpretativa, instrumentalizando-o passo a passo nesse processo de interpretação. O processo de instrumentalização do leitor modelo busca minimizar os efeitos da diferença existente entre a competência do emitente e a do destinatário. Na comunicação face a face, essa busca se vê auxiliada por mecanismos extra-lingüísticos. O texto escrito, ao contrário, não possui uma capacidade de apelar a outros recursos, no intuito de ir estabelecendo seu interlocutor; pelo menos não para além dos que foram previstos pelo autor no ato de sua escritura³.

Assim, a duplicação necessária à posição do autor, tomando-se como leitor de seu próprio texto, sem perder de vista a probabilidade de que seu destinatário seja dono de uma possibilidade interpretativa distinta da sua, não é algo acessório na construção de um escrito, mas é sua condição de possibilidade.

(...) *um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa. Em outros termos, um texto é emitido por alguém que o atualize – embora não se espere (ou não se queira) que esse alguém exista concreta e empiricamente* (Eco, 1979, p. 37, grifo meu).

Da mesma forma que o autor empírico de um texto postula um leitor modelo para seu escrito, traduzindo essa postulação em estratégias textuais, também o leitor empírico do texto, como sujeito concreto dos atos de cooperação, construirá para si a hipótese de um autor modelo, a partir do exame das estratégias textuais (idem, p. 46). Trata-se, então, de um movimento de suposição mútua que tem como efeito a instauração de dois lugares distintos, de cuja interação resultará a produção e interpretação do texto. Há um “elo indissolúvel, a dialética, entre autor e leitor modelo” (Eco, 1994, p. 121).

Importa aqui sublinhar a postulação de Eco acerca da existência de um “elo indissociável” entre autor e leitor, um elo que se inscreve de forma a apontar um mútuo engendramento, onde o autor se constitui na medida em que inscreve um lugar de leitura para seu texto, lugar este que, por sua vez, ao se atualizar, marca o lugar de origem do texto como sendo um sítio de autoria. Birman (1996) retoma, a este respeito, uma frase de Sartre: “um livro começa a existir não quando um autor termina sua redação ou quando o editor o encaderna, mas quando o leitor fecha a sua última página” (p. 54). Retoma-a a fim de chamar a atenção para o fato de que “a leitura é o outro da escritura, condição de possibilidade da materialidade na ordem do sentido” (p. 54).

Partindo do leitor modelo de Eco (1979, 1994), propomo-nos a percorrer as elaborações de Authier-Revuz (1982, 1995) acerca da heterogeneidade constitutiva e da heterogeneidade mostrada, no sentido de, a partir dos instrumentos cunhados neste percurso, revisitarmos a proposição de Eco. Esta incursão nos possibilitará inscrever a centralidade da constituição do leitor modelo no ato de escrita em uma perspectiva imaginária, enquanto movimento denegador de uma heterogeneidade constitutiva do sujeito da escrita. Mas deixemos para trás este *trailer* e rodemos a *película*...

Percorrendo a heterogeneidade como constitutiva do sujeito

Tomemos agora o caminho de pensar a inscrição de um lugar de alteridade, de um lugar fora, a partir dos estudos de Authier-Revuz (1982; 1990; 1995). Centramos nossa discussão nos conceitos de heterogeneidade constitutiva e de heterogeneidade mostrada, sendo esta última a forma pela qual a primeira tem de se representar no discurso. “Em ruptura com o EU, fundamento da subjetividade clássica concebida como o interior diante da exterioridade do mundo, o *fundamento do sujeito* é aqui deslocado, desalojado, ‘em lugar múltiplo’” (Authier-Revuz, 1995, p. 10).

tipto, fundamentalmente heterônimo, em que *a exterioridade está no interior do sujeito*” (Authier-Revuz, 1990, p. 29, grifo é meu). Assim, quando falamos de exterioridade constitutiva do sujeito não estamos nos remetendo a um fora que faz fronteira rigidamente localizável com um dentro, mas a uma exterioridade que habita o próprio “interior” do sujeito. Nesse sentido, as figuras topológicas, como a fita de Moebius, parecem-nos mais representativas do que a geometria euclidiana, se queremos construir uma metáfora figurativa, dessa relação interior/exterior. Isso porque aquelas contemplam a possibilidade de algo ocupar, ao mesmo tempo, o interior e o exterior, dependendo das vizinhanças que essas figuras venham a estabelecer⁴.

Cabe situar o leitor quanto à escolha dos conceitos de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva como operadores que permitem desdobrar as questões que este texto pretende percorrer, uma vez que tais conceitos sofrem modificações no próprio desdobrar da obra da autora. Inicialmente, Authier-Revuz trabalha com os conceitos de heterogeneidade constitutiva e de heterogeneidade mostrada. Com o desenvolvimento de sua obra, ela retomará esses conceitos sob a denominação de não-coincidências do dizer⁵, de forma a não correr o risco de que o laço indissolúvel existente entre a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva pudesse desaparecer. Ambas são irredutíveis uma à outra, porém, ao mesmo tempo, são inseparáveis, porque uma é a representação da outra no plano do discurso – teremos oportunidade, adiante, de desdobrar esta relação. Há uma heterogeneidade constitutiva que eventualmente se mostra no dizer. Para o âmbito de nosso trabalho, optamos por mantermos-nos nas primeiras formulações, isso porque a tensão entre heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada nos parece ser reveladora do movimento paradoxal que se inscreve na constituição e trajetória do sujeito.

Tendo como ponto de partida a lingüística, Authier-Revuz estabelece como objeto de pesquisa uma série de dizeres, falados e escritos, em que a linguagem retorna sobre si mesma como tentativa de circunscrever um lugar *um* para o sentido e, ao proceder dessa maneira, não faz outra coisa que denunciar sua condição de *não-um*. No trabalho com essa dimensão da linguagem, aquela que lhe seria a mais própria, a autora se debruçará sobre o que constitui a modalização autonímica da enunciação atravessada por sua auto-representação opacificante. Esta categoria da lingüística abarca falas e escritos em que

(...) em um ponto de seu desenrolar, o dizer representa-se como não falando por si, o signo, em vez de preenchê-lo, transparente, no apagamento de si, de sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo (...); a enunciação desse signo, em vez de se realizar ‘simplesmente’, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma (1998, p. 14).

Dentre muitos exemplos de modalização autonímica que a autora examina em sua tese, temos: “Ah, não, trocar bebês o dia inteiro, eu acho isso uma merda... no sentido próprio [risos] se se pode dizer.”⁶(1998, p. 13)

Para definir a modalização autonímica, Authier-Revuz parte dos estudos de Rey-Debove (*apud* Teixeira, 2000, p. 141) sobre “autonímia” e “conotação autonímica”, para neles introduzir um deslocamento. Na proposição de Rey-Debove, no caso da autonímia, quando o sujeito toma uma palavra para dela falar, ele faz “menção” a um signo e não ao “uso” dele. Disto temos um exemplo em: “Autoritário” é uma palavra forte. Na conotação autonímica “a palavra torna-se o objeto do dizer ao mesmo tempo em que é utilizada (...) acumulando-se dois empregos: uso e menção” (p. 142). É isto que se produz em: “Realidade”, no sentido freudiano do termo. Authier-Revuz parte do trabalho sobre a conotação autonímica, proposto por Rey-Debove, mas situa sua atenção na dimensão enunciativa do discurso, produzindo assim um “deslocamento do ponto de vista semiótico – enfatizado por aquela autora – para o enunciativo” (p. 154), demarcando suas questões como pertencentes ao território das modalizações autonímicas, “um subconjunto da flexibilidade do dizer sobre ele mesmo que singulariza as formas da mobilidade autonímica” (p. 155). A flexibilidade que interrogará Authier-Revuz será aquela que se produz sobre o dizer e não sobre o dito, sobre as condições enunciativas do sujeito e não sobre o enunciado produzido.

Ao empreender esta pesquisa, Authier-Revuz defronta-se com a necessidade de adentrar os exteriores teóricos com os quais seu objeto de estudo faz fronteira, na medida em que o aborda também contemplando as incidências dos conceitos de sujeito e de discurso. Segundo a autora, é necessário reconhecer

(...) a especificidade de uma disciplina constituída, a lingüística, com um objeto real, definido, a língua, que faz parte do discurso, e que afirmamos como radicalmente constituída pela falta no que se refere a esse campo discursivo cuja abordagem requer teorizações – estranhas à lingüística como tal – sobre o sujeito e suas relações com a linguagem e o sentido, sobre o social, sobre a história ..., que jogam nisso que denominamos o sentido (1998, p. 167).

Os instrumentos teóricos da Lingüística mostram-se insuficientes para tratar das questões referentes ao exame do desdobramento do dizer que se debruça sobre si mesmo e que assim revela seu caráter nada instrumental.

Para trabalhar as modalizações autonímicas do dizer, a autora recorrerá a dois sistemas de pensamento, a saber, o de Bakhtin e o da Psicanálise na releitura lacaniana de Freud. Do primeiro, tomará a noção de dialogismo que, correndo o risco de um reducionismo ao situá-lo no âmbito deste trabalho, revela a presença do discurso outro no discurso daquele que fala, isso porque cada palavra traz consigo, ao ser pronunciada, a história de sua existência, história

que se atualiza no momento do seu dizer. Para Bakhtin⁷ “o homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando no interior de si, ele olha *nos olhos do outro* ou *através dos olhos do outro*”(apud Authier-Revuz, 1982, p. 16). Da Psicanálise, por sua vez, interessa à autora o conceito de inconsciente. “O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente. (...) é o capítulo de minha história que é marcado por um branco ou ocupado por um vazio: é o capítulo censurado...” (Lacan, 1998, p. 260). Em nossa incursão por seu pensamento, recorreremos à dimensão de sua obra que dialoga com a Psicanálise⁸.

Interessante observar a necessidade de incluir no trabalho com a modalização autonímica, exteriores teóricos, como o faz a autora. Algo em seu objeto de estudo pede a inclusão de outros saberes para levar a cabo o exame proposto. Inclusão, diga-se de passagem, não-aditiva, mas interlocutiva. Authier-Revuz nos alerta para o fato de que se, por um lado, é necessário, ao abordar a modalização autonímica, percorrer exteriores teóricos à lingüística, não é homogêneo o caminho que se descortina. Isso porque as concepções de sujeito e de discurso de diferentes teorias podem ser bastante díspares. Mas deixemos um pouco de lado essas diferenças e nos empenhemos em compreender melhor a noção de heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva.

A heterogeneidade mostrada se explicita no discurso por uma posição reflexiva do sujeito que passa a tomar o próprio discurso como objeto de sua fala, ou escrita, inscrevendo em seu dizer referências em relação ao mesmo. Produz-se assim, uma quebra na aparente linearidade do discurso na qual este se dobra sobre si mesmo, revelando assim a presença de um outro, de uma exterioridade que até então estava presente – embora não fosse “mostrada” – enquanto possibilidade de todo o dizer, como veremos adiante. Há formas marcadas e implícitas de heterogeneidade mostrada. No que concerne ao primeiro caso, temos exemplos como: “É uma razão semiológica, *para empregar uma palavra um pouco chique*, que faz com que...” As formas não marcadas de heterogeneidade, por sua vez, estão presentes, por exemplo, na ironia e nos chistes, que tiram seu efeito da alusão a um discurso que não elas explicitam. Não nos esqueçamos do longo e minucioso trabalho de Freud (1905) sobre os chistes, o que sinaliza sua importância para as formulações psicanalíticas.

“Uma dupla designação é operada pelas formas de heterogeneidade mostrada: a de um lugar para um fragmento de estatuto diferente na linearidade da cadeia e a de uma alteridade a que o fragmento remete” (Authier-Revuz, 1990, p. 30). Ocorre que o sujeito, que até então se pronunciava enquanto um “utilizador” das palavras para tentar dizer do mundo em que está imerso, passa a ocupar uma posição de observador das palavras que profere e esta posição confere ao que ele observa um lugar outro⁹ em relação ao resto do discurso. Inscreve-se, então, uma exterioridade no interior do próprio discurso.

A heterogeneidade mostrada é concebida enquanto “forma lingüística de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva de seu discurso” (Authie-Revuz, 1990, p. 26). Ela aparece, então, como ponto de apagamento – ao postular uma posição de controle – e, ao mesmo tempo, de visibilidade da heterogeneidade constitutiva do sujeito – na medida em que inscreve a dimensão de *não-um* que atravessa todo dizer.

O sítio do Outro, da alteridade, é constitutivo do sujeito e se mostra inacessível ao sujeito que dele é efeito; ou seja, o sujeito é sempre efeito de um discurso que o situa em uma determinada posição, isto porque antes de falar somos falados, nascemos em um mundo de linguagem que nos antecede. Assim, se tomamos o sujeito como efeito de linguagem, ao mesmo tempo nos distanciamos de uma concepção da “enunciação como utilização do instrumento língua por um sujeito que, para comunicar seu pensamento, estaria sempre em posição de, a partir de uma exterioridade do dito pensamento, avaliar, controlar, com domínio real sobre eles, o instrumento e sua utilização” (Authier-Revuz, 1998, p. 181).

A linguagem aparece, então, distante de uma visão instrumental: é, antes, a morada da falta que habita o sujeito, falta de uma completude que é motor do desejo. Também a linguagem é tributária dessa falta, ou melhor, justamente por estar ela em falta, o sujeito, como seu efeito, constitui-se marcado pela incompletude¹⁰. Na linguagem não há “falta de um elemento, pois não se pode negar que um conjunto de elementos compõem a língua, mas a falta está em que na língua a dimensão do equívoco é fundante porque um elemento pode, por um jogo que escapa ao sujeito, vir a se transformar em outro” (Lemos, *apud* Calil, 1994, p. 134). Assim, se o sujeito se estabelece como um ser em falta, enquanto ele é sujeito efeito de linguagem, vemos que aquilo que lhe falta, a exterioridade que o estrutura, a alteridade à qual ele se refere, ou ainda, a heterogeneidade que lhe é constitutiva aparece não como uma dimensão que o sujeito poderia recuperar, mas que lhe permite refazer o *um* que a cisão dentro/fora produziu.

Para retomarmos o trabalho de Authie-Revuz, a heterogeneidade constitutiva diz respeito a essa dimensão faltante da linguagem que constitui o sujeito enquanto um efeito e que o faz habitar, para sempre, a posição de *não-um*. Isso não quer dizer que ele não cultive com apreço a ilusão de poder vir a tomar-se como *um*, não mais sujeito às incompletudes da linguagem que o funda. Como lembra a autora,

(...) este sujeito efeito de linguagem é um sujeito dividido: é sua ‘tomada’ na ordem simbólica da linguagem que impõe ‘ao sujeito a divisão consciente-inconsciente’, quer dizer, que faz advir o sujeito na sua estrutura de divisão, aquela de um sujeito (‘assujeitado’) do inconsciente, que é marcado de perda, de falta relativamente a tudo o que seria da ordem do um: perda de uma

completude, de uma fusão original, que a castração simbólica interdita (protege) de reencontrar”(1995, p. 75, tradução minha).

Em seus estudos sobre o conceito de sujeito, Authie-Revuz atenta para a possibilidade de se tomar essa divisão que lhe é constitutiva, não como um descentramento radical do mesmo, tal como a Psicanálise o propõe, mas como um desdobramento que veria como possível a restituição da unidade e que inscreveria tal divisão em um espaço do mesmo e do outro, ou ainda, num jogo de imagens de si e de outrem. A autora faz essa ressalva para delimitar que a alteridade a que ela se refere não é a mesma proposta pela pragmática, pois

(...) o sujeito aberto em facetas e em papéis, progressos da pragmática, não é menos um, no sentido da adequação a si mesmo, que seu irmão arcaicamente monolítico, quer dizer exatamente tão estranho quanto ele – na figura de chefe da orquestra, ou de diretor de vozes, por mais plurais que elas sejam, que ele encontra – ao sujeito não-um enquanto que ele está separado de uma parte dele mesmo e que esta ‘outra voz’, que em sua palavra diz outra coisa bem diferente do que ele crê dizer no que ele diz, é aquela de uma estranheza radical que ele encerra mas não controla (idem, p. 82, tradução minha).

Assim, não basta estar se referindo à divisão, à alteridade, no âmbito de uma teoria, para que se esteja partindo dos mesmos pressupostos. Essas palavras podem remeter a conceitos bastantes distintos e habitar paradigmas diversos. A noção de divisão pode remeter à própria interioridade do sujeito – dividido/descentrado – ou, ao contrário, referir-se a um espaço exterior – sujeito dividido/desdobrado – e desde aí sustentar a possibilidade de um espaço interior *uno*. Fazer a diferenciação entre uma divisão que se conjuga no desdobramento e outra que o faz no descentramento tem aqui sua importância. No primeiro caso, mesmo assim trate de um sujeito que assume diferentes e diversos papéis na relação com o outro, é ainda assim tributário da ilusão de estar na origem de seu próprio dizer. No segundo caso, trata-se de um sujeito impossibilitado de configurar uma subjetividade psicológica, já que se inscreve como destituído do domínio de seu dizer, é antes e acima de tudo efeito do que “diz”. É desde esta segunda noção de sujeito que a autora arma sua teorização.

Mesmo que o sujeito em questão seja aquele dividido/descentrado, isso não nos impede de contemplar a presença no seio de uma aposta, própria de sua constituição, de que em algum momento seria possível reencontrar aquela imagem de completude, para sempre perdida. É característico do sujeito essa ilusão e, de alguma forma, necessária para que ele sustente seu dizer como próprio. Porém, essa incidência da subjetividade parece materializar-se em algumas teorias que incorporam a divisão do sujeito de uma forma a retirar-lhe o que lhe é mais radical, acenando, assim, com uma possibilidade de apreensão dessa alteridade, com um horizonte de *um*. *Se tomamos o problema do*

*ponto de vista da Psicanálise, não desconsideramos a presença de um anseio pelo um, mas o incluímos no sujeito como expressão de sua faceta imaginária. Tratamos o sujeito dividido/desdobrado em termos do sujeito dividido/descentrado*¹¹.

A categoria lacaniana do imaginário pode nos auxiliar a compreender melhor esta ilusão de se fazer *um* que habita o sujeito – e algumas produções teóricas – e que se desdobra na “posição meta-enunciativa ocupada pelo sujeito que se representa acima de seu dizer” (1998, p. 170). Tal categoria marca de sobremaneira a passagem pelo “estágio do Espelho”:

*(...) um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *innenwelt* para o *unwelt* gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do eu* (Lacan, 1998, p. 100, grifo meu).

O sujeito encontra a possibilidade de ser enquanto alienado em relação a uma imagem que lhe vem do Outro e que lhe acena com a constituição de uma posição unarizada. Embora a operação de separação, inscrita pelo corte sustentado por um terceiro, o que propriamente constitui o Édipo, torne para sempre perdida a ilusória adequação a esta imagem do Espelho, os restos deste horizonte, desenhado no transcurso do “estágio do Espelho”, seguirão desdobrando seus efeitos em um sujeito cuja insistência por tomar-se *um* marcará sua existência. A inscrição do sujeito na linguagem desdobrará a duplicidade de sua posição, a saber, alienado/separado do Outro. No que concerne ao exame das modalizações autonômicas, nas quais o sujeito se desdobra sobre seu dizer, vemos operar o duplo jogo desta inscrição. Alienado em relação a um discurso que fala nele, o sujeito se distancia de sua palavra para dela falar, evidenciando assim o quanto as palavras “não falam por si, mas pelo ... Outro” (p. 26) e o quanto ele se coloca na direção de dominá-las.

É no ápice desta contradição, que aguça a tensão entre o um e o não-um onde se produz a enunciação, que aparece a configuração enunciativa complexa da reflexividade opacificante: lá onde o lapso, por exemplo, faz furo de não-um no tecido do dizer, lá onde (...) na superfície aparentemente unida que ele – o discurso – desenrola e que é aquela em que das mais cerradas redes de ‘costuras’ ou de colagens invisíveis, a modalidade autonômica (...) aparece nesse jogo de um que ‘junta’ e de não-um que ‘esgarça’, como um modo de costura aparente, que ressalta em um mesmo movimento a falha da não-coincidência enunciativa (contrariamente ao modo da superfície una), e sua sutura meta-enunciativa (contrariamente ao modo de ruptura ‘bruta’ do lapso) (1998, p. 26-7).

É como uma cicatriz que releva a presença de uma ruptura radical, a saber, aquela que o corte terceiro introduziu na possibilidade de uma alienação do sujeito em relação à imagem totalizante do espelho, que as modalizações fazem marca no discurso. Cicatriz que, ao mesmo tempo que sutura, revela um corte. Constatamos a presença de um movimento paradoxal na constituição do sujeito na medida em que um movimento de apagamento gera seu oposto, a saber, a revelação daquilo que quer apagar. Veremos a seguir a ligação entre este paradoxo e aquilo que Freud chamou de suspensão – *aufhebung* –, ao propor o mecanismo de denegação.

A heterogeneidade mostrada do discurso revela de forma denegatória a heterogeneidade constitutiva do sujeito, isso porque, enquanto a heterogeneidade se faz ver como mostrada, o sujeito aparece como no domínio ilusório de sua palavra – *digo x no sentido de y*, por exemplo –, como se pudesse fazê-la coincidir com o que quer dizer, o que denega sua condição de ser em que algo fala para além ou aquém de sua vontade. Nas palavras de Authier-Revuz,

(...) as formas de representação reflexiva do dizer adquirem então um estatuto complexo: elas dão lugar (...) no fio do discurso às não-coincidências¹² que o afetam, das quais elas (as formas de representação) aparecem como algo emergente, fazendo assim com que sejam reconhecidas. Mas esse é, ao mesmo tempo, sob o modo do desconhecimento e denegando as não-coincidências, o caráter inevitável das condições constitutivas da enunciação. E reafirmam assim o fantasma do um da enunciação no mesmo lugar onde se acha desenhado o não-um (1998, p. 85).

Vale a pena, aqui, retomar algumas das implicações da noção de denegação em Freud. Seu exame do fenômeno denegatório apontará para o fato de que algumas idéias são capazes de adentrar na consciência, desde que acompanhadas por uma negação. Retomando suas palavras: “A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente uma aceitação do que está reprimido”¹³ (Freud, 1925, p. 296). Assim, a “negativa” de um conteúdo inconsciente não redundará na quebra efetiva do recalque que sobre ela operava. Há uma suspensão do recalque com a concomitante “aceitação intelectual do reprimido, ao passo que simultaneamente persiste o que é essencial à repressão” (idem, p. 296, grifo meu). Para especificar os efeitos no recalque do processo denegatório, Freud se utiliza da palavra alemã *Aufhebung*: “é a palavra dialética de Hegel, que *ao mesmo tempo* quer dizer negar, suprimir e conservar, e, no fundo, suspender” (Hyppolite, *apud* Lacan, 1998, p. 895, grifo meu)

Para além de se constituir numa marcação no discurso de uma produção do inconsciente, a denegação toma importância no trabalho teórico de Freud, como conceito operativo para compreendermos o que se passa quando da inscrição subjetiva de uma primeira cisão que funda a exterioridade para o sujei-

to. É também nesse sentido que esse conceito adquire importância ao pensarmos as formulações de Authier-Revuz acerca da heterogeneidade constitutiva e da heterogeneidade mostrada – heterogeneidade que aponta para um fora – uma alteridade – interno ao discurso. Vemos também aparecer aí uma relação entre os conceitos de denegação e de heterogeneidade.

A constatação de irredutibilidade não constitui, entretanto, um relacionamento dos dois planos. Minha hipótese é a seguinte: no discurso, a heterogeneidade mostrada não é um espelho da heterogeneidade constitutiva do discurso: ela também não é ‘independente’: ela corresponde a uma negociação – necessária – do sujeito falante com sua heterogeneidade constitutiva – inelutável mas que lhe é necessário reconhecer, assim, a forma ‘normal’ dessa negociação se alia ao mecanismo de denegação (Authier-Revuz, 1982, p. 62).

Aqui cabe ainda um parêntese. Hyppolite (*apud* Lacan, 1998), ao examinar o texto de Freud aponta para a dimensão de desconhecimento do eu: “não se encontra na análise nenhum ‘não’ vindo do inconsciente, mas o reconhecimento do inconsciente, pelo lado do eu, mostra que o eu é sempre desconhecimento; mesmo no conhecimento, sempre encontramos do lado do eu, numa fórmula negativa, a marca da possibilidade de deter o inconsciente, ao mesmo tempo recusando-o” (p. 902). Assim, o eu, ao qual se endereçaria a suposição de um domínio do dizer, é uma instância que se vê impedida de reconhecer o inconsciente que lhe concerne e determina. Para ele, o inconsciente, sua determinação radical por uma heterogeneidade que lhe é constitutiva, aparece sempre sobre a forma de uma denegação. Tal heterogeneidade se faz presente, mas desde que adentre o espaço do eu, acompanhada por uma denegação que conceda a esse a ilusão de um domínio sobre ela: “Não é isso que *eu quero* dizer”.

O funcionamento da denegação, tal como proposta por Freud, indica uma outra linha de argumentação que pode justificar aqui seu interesse. Schäffer (1999) e Settineri (1999), ao estabelecerem a diferença entre o que seria próprio da denegação freudiana e aquilo que constituiria o campo das negações estabelecido por Ducrot¹⁴, situam a primeira como um tipo especial de negação em que estaria presente uma antecipação, por parte daquele que fala, de um compartilhamento com seu interlocutor do conteúdo a ser negado – não é à toa que Lacan propôs o termo *dénégation*, para apontar que ali se trata de uma particularidade da negação. “Esboça-se, neste momento, uma posição subjetiva, onde o enunciador atribui a si mesmo o enunciado negativo, situando o Outro na posição de possivelmente abraçar a idéia oposta (é de se sublinhar a presença constante do Outro, no horizonte da enunciação de uma denegação)” (Settineri, 1999, p. 178). A presença do Outro como incluído de forma necessária na inscrição de uma posição enunciativa denegatória torna mais claro o laço entre heterogeneidade mostrada, heterogeneidade constitutiva e denegação. “Quando nega uma proposição o sujeito a está igualmente atribuindo a uma alteridade, está admitindo a sua existência” (Schäffer, 1999, p. 136), podemos

dizer que atribuindo existência à proposição e também à alteridade como um espaço que lhe é heterogêneo. A denegação pode ser vista como exercício de inscrição de um fora que se dá através de uma “antecipação por projeção” (Settineri, 1999, p. 204). Não nos esqueçamos da elaboração de Freud acerca da constituição do exterior por uma expulsão, algo que se projeta do sujeito e percorre um espaço fora de forma que ao fazê-lo o funda.

Mas, voltemos ao trabalho de Authie-Revuz, para quem a heterogeneidade mostrada aparece como modo de denegação, de desconhecimento protetor, da heterogeneidade constitutiva.

O que caracteriza as formas marcadas da heterogeneidade mostrada como formas do desconhecimento da heterogeneidade constitutiva é que elas operam sobre o modo da denegação. Por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença. Elas manifestam a onipresença precisamente nos lugares que tentam encobri-la (1990, p. 33).

Há, portanto, na heterogeneidade mostrada um reconhecimento da heterogeneidade constitutiva do discurso ao mesmo tempo que a assunção de uma posição que visa controlar essa heterogeneidade, agindo sobre a palavra de modo a delimitar sua interpretação pelo outro, ou ainda, tomando-a como um objeto com o qual é possível jogar.

A heterogeneidade mostrada, como expressão de uma dobra do sujeito que fala sobre aquilo que ele diz, revela uma ilusão de domínio da linguagem. Através destas marcas discursivas, vemos o sujeito aparecer em sua dimensão de desconhecimento do lugar de dominado que ocupa frente à linguagem que o determina. Através do “*se assim posso dizer*”, “*para usar a palavra precisa*”, “*como você costuma falar*”, o sujeito coloca-se em posição de pretensa exterioridade em relação ao discurso e sustenta, dessa forma, uma certa suspensão da determinação que esse exerce sobre ele. Suspensão aqui no sentido que Freud lhe dá ao trabalhar a denegação, o de manutenção e supressão num mesmo movimento – *aufhebung*. Isso porque, se a heterogeneidade mostrada faz negar a irreduzível radicalidade da heterogeneidade constitutiva na sua impossibilidade de apreensão pelo sujeito, ela o faz, ao mesmo tempo, como um ato sempre insuficiente, uma vez que se o sujeito se deixar ir pela tentativa de precisar completamente o que quer dizer não conseguirá falar nada. É sustentado no engano de dizer o que pretende que o sujeito emerge na linguagem.

A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, não localizável e não representável no discurso que constitui, a do Outro do discurso – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente –, se opõe à representação, no discurso, as diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelos quais o um (...) se delimita na pluralidade dos outros, e ao mesmo tempo afirma a figura de um enunciador exterior ao seu discurso (Authie-Revuz, 1990, p. 32, grifo meu).

Assim, ali onde o sujeito que fala faz ver que o lugar desde onde ele enuncia lhe escapa (e por isso é necessário debruçar-se sobre o dizer, delimitá-lo, dizê-lo de outro modo), é também ali que o sujeito, através de operações de modalização autonímica, encarna um lugar de aparente domínio, de exterioridade em relação ao dizer, empenhando-se em sua objetivação e “reafirmando a ficção narcísica de seu domínio instrumental sobre a linguagem” (1998, p. 85)

Vemos, na exploração que Authier-Revuz faz acerca da heterogeneidade *constitutiva do dizer* e da heterogeneidade *mostrada no dizer* operar o mesmo modelo elaborado por Lacan para pensar a relação do Sujeito ao Outro, a saber, a presença num mesmo movimento da alienação e da separação. O estudo das modalizações autonímicas do dizer nos conduzem a *um sujeito que se inscreve no campo da linguagem como habitando ao mesmo tempo uma posição de efeito e de domínio*. De efeito, se examinamos sua inscrição desde o simbólico; de domínio, se o fazemos desde o imaginário. De efeito, se tomamos a dimensão de alienação em que este se inscreve. De ilusório domínio, se recorreremos à categoria da separação.

Retomemos o exame da posição aparentemente paradoxal do sujeito na linguagem, agora através da gestão meta-enunciativa da temporalidade. Nesta, assim como na “negociação dos enunciadores com as heterogeneidades, as quais, constituindo-se como condição inevitável do dizer, encontram-se ao mesmo tempo reconhecidas e negadas como tais nas representações meta-enunciativas que esses enunciadores produzem” (1998, p. 86).

O dizer é afetado duplamente pelo tempo. É uma atividade que se desenrola no tempo e o faz atrelada à linearidade que a materialidade significativa requer. Diferente da imagem que comporta a sobreposição, o dizer se faz na medida da vocalização sucessiva dos significantes, um após o outro. Essa linearidade constitui uma metáfora interessante do desenrolar temporal com o qual os sujeitos devem se haver.

Em um dizer como “*Há toda uma busca de soluções, eu ia dizer solução de comadre, porque eu tenho uma língua comprida*”, encontramos uma meta-enunciação que desdobra um enunciado fazendo com que sobre ele o sujeito se debruce, produzindo, assim, uma certa “suspensão do tempo”. Ao tempo padrão e linear do dizer se acrescenta algo de uma suspensão que permite voltar ao dizer retomando-o, como se fosse possível a ele retornar, retroceder no tempo, retendo-o de forma imaginária durante o decorrer do comentário efetuado.

Assim, essas formas, no mesmo lugar em que apresentam as falhas de não-coincidências enunciativas, restauram a imagem ilusória de um sujeito mestre de seu dizer; da mesma maneira, no plano do tempo, no mesmo lugar em que apresentam a inevitável dimensão temporal do dizer, elas produzem a imagem ilusória de um sujeito e de um dizer capazes de suspender momentaneamente esse desenvolvimento temporal, em um ‘extratempo’ fictício (1998, p. 87).

O uso da palavra *suspendere* não deve passar despercebido, uma vez que é a uma suspensão – *aufhebung* – que Freud diz estar presente na denegação. Podemos pensar, então, que a atitude suspensiva do tempo por parte do sujeito que produz uma glosa meta-enunciativa de seu dizer pode ser tomada como denegatória de sua posição de alienação em relação a uma linearidade temporal que não domina.

Ao sujeito é possível em seu dizer produzir um certo deslocamento, um certo descompasso entre o tempo da enunciação e o tempo da emissão, através de alguns movimentos de retorno, de antecipação, de anúncio... É por isso que ele pode dizer algo como: “*Quando você vê alguém praticando uma, eu digo estupidez, não há outra palavra, com tal desenvoltura, você se pergunta (...)*” (1998, p. 90).

A linearidade do tempo da fala constitui metáfora interessante da linearidade do trajeto da vida do homem, de seu nascimento a sua morte. Assim, na meta-enunciação em que o ser falante se coloca em posição de reter o dizer, de retocá-lo, de distender sua possibilidade de enunciar evitando o fechamento de sua fala, é também o tempo que ele procura “de um modo subjetivo e ilusório” *suspendere*, lançando-o para longe da lei que rege a linearidade da fala e da vida. “Além da relação com o sentido, com a designação, com o outro que está em causa no recurso à meta-enunciação, manifestada pelas glosas no discurso, elas (as glosas meta-enunciativas) testemunham também (...) os modos de inscrição no tempo, modos mais ou menos marcados, em particular, pela tentativa de retê-lo, de pará-lo...” (1998, p. 104).

Pensando o leitor modelo de Eco com os aportes da heterogeneidade constitutiva de Authier-Revuz

O percurso pelos estudos de Authier-Revuz pode fazer com que tomemos a proposição da constituição, por parte de quem escreve, de um lugar de leitura para o texto, o que Eco (1979) denomina de leitor modelo, desde uma outra perspectiva que, se por um lado não anula a centralidade deste movimento, por outro, confere-lhe novo caráter, a saber, inscreve esta operação no registro imaginário. Desdobremos esta idéia...

Se concebemos o lugar do autor como constituído na relação com um lugar de alteridade, seja essa encarnada no leitor modelo que ele inscreve, no texto que escreve, ou nos outros autores com quem dialoga, não podemos esquecer que há uma dimensão de alteridade constitutiva do sujeito que está para além ou aquém daquilo que a encarna. Poderíamos, então, tomar o leitor modelo como marca de uma heterogeneidade mostrada que, ao mesmo tempo que revela a heterogeneidade constitutiva da posição do sujeito em sua função autor, o faz de modo que este se coloque em uma posição de pretensão domínio em

relação a esta heterogeneidade na medida em que, aparentemente, está no lugar de mestre de seu dizer ao constituir, por exemplo, o lugar de leitura para seu texto.

Ao situar o autor empírico como construtor do lugar de leitura para seu texto, através da constituição que faz, por meio de estratégias textuais, do leitor modelo, poderemos estar nos direcionando à construção do sujeito autor em uma posição de origem e domínio de seu dizer, isso se não atentarmos para o fato de que tal constituição apresenta-se como denegatória da heterogeneidade que lhe constitui. É certo que a produção do texto opera no sentido do desdobramento do sujeito sobre as palavras e do jogo que com elas arma desenhando um horizonte de leitura, porém essa não é a única posição que o autor ocupa durante a elaboração do texto. Isso porque o próprio lugar que o texto constrói vai requerer novos passos e novas instrumentações que fogem ao plano inicial do que se intencionava dizer e vão em direção a um novo, não antecipado por aquele que escreve¹⁵. Neste sentido, é interessante o comentário que Freud faz a Fliess sobre a processualidade de sua escrita da *Interpretação dos sonhos* (1900): “Ele segue completamente os ditames do inconsciente, segundo o célebre princípio de Itzig, o viajante dominical: “– Itzig, para onde você vai? – E eu sei? Pergunte ao cavalo.” Não iniciei um só parágrafo sabendo onde iria terminar.” (Masson, 1986, p. 320).

Além de o sujeito que escreve não habitar um lugar de completa antecipação do rumo de seu texto, aquilo que diz não encontra no outro a completude de uma interpretação especular que recuperaria a intenção consciente daquele que proferiu as palavras. E isso não só tomando aqui o outro enquanto semelhante, mas também o outro enquanto próprio sujeito falante que não tem como circunscrever, como apreender, a totalidade do desejo que lhe constitui na posição de ser falante, não conseguindo assim situar a causação última de seu dizer.¹⁶

“O termo ‘autor’ na medida em que supõe responsabilidade e autoridade, dadas através de um jogo de relações entre ‘emissor’ e ‘receptor’, estaria indicando uma *exterioridade constitutiva do ato de criação* literária. Ou seja, ser autor não depende da vontade do indivíduo, nem pode ser reconhecido através da afirmação de alguém: ‘eu sou autor!’” (Calil, 1995, p. 42, grifo meu). Antes, é um processo que se estabelece na relação do sujeito com a exterioridade que lhe é constitutiva e que lhe escapa; exterioridade essa que o situa numa certa posição de autoria que retorna sobre o sujeito autor enquanto responsável pelo seu discurso.

Talvez pudéssemos, então, introduzir um giro nesta proposição do leitor modelo e conferir a esse lugar de leitura os matizes da heterogeneidade mostrada proposta por Authie-Revuz, em sua retomada dos conceitos psicanalíticos. Heterogeneidade mostrada que não faz outra coisa senão apresentar-se como denegação de uma alteridade radical que habita o sujeito. Um lugar de

alteridade ao qual o sujeito se refere, mas que, mais do que isto, pelo qual é referido em sua escrita. Haveria, portanto, um tensionamento para o fora na constituição da posição de autor, mas um fora interno ao próprio sujeito, um fora enquanto uma heterogeneidade constitutiva. As estratégias textuais de delimitação do lugar de leitura para o texto apareceriam como um modo de apontar essa heterogeneidade, mas pelo viés de sua denegação.

Vale aqui lembrar o lugar que as reflexões sobre a escrita literária ganham nas elaborações de Authier-Revuz. Para a autora (1994), a literatura constitui uma forma de fazer trabalhar as não-coincidências do dizer. Ao contrário da criação de línguas imaginárias que se empenham no apagamento da falta inscrita na linguagem, a literatura opera a partir desta falta irreduzível. Em sua análise, a autora retoma as palavras de D. Oster, em *Passages de Zenon*: há uma “espantosa disparidade das palavras e das coisas [e] essa distância, esse intervalo, essa ausência onde se constitui a literatura (...) escrever é experimentar sem saciedade nem contentamento o intervalo” (Oster, *apud* Authier-Revuz, 1994, p. 254) A escrita literária aparece como um exercício da falta, um exercício que busca seus contornos, mas não seu apagamento. Não esqueçamos que Freud ganhou o prêmio Goethe de Literatura, único prêmio que recebeu em vida, o que, a julgar pelo que se inscreve na escritura literária, foi um reconhecimento mais do que merecido, afinal ele não só teorizou acerca da falta constitutiva do sujeito, como o fez de forma a escrever com a falta e não somente sobre ela.

O percorrido até então nos faz questionar a proposição de que a escrita seria prioritariamente um instrumento de comunicação. Antes, seu exercício põem em marcha operações que sustentam e desdobram a própria constituição do sujeito. A noção de autoria, enquanto um processo sempre renovado de inscrição, interroga afirmações que queiram situar um indivíduo como autor de seu texto, em contraposição a outro que não seria passível desta adjetivação. Cada um pode ser visto como estando em um momento singular desta construção, que se caracteriza pela ausência de cristalização das categorias inconscientes que ela põe em jogo. Isto permite indagar a lógica que sustentaria um ato educativo baseado na noção de que determinado aluno deve ter constituído tais ou quais inscrições psíquicas para se pôr no caminho da elaboração de um texto. Isto, porque quer-se pensar a própria autoria como possibilidade de construção subjetiva e de exercício desejante. Por outro lado, a proposição de escrita que derivamos deste exame se distancia da idéia de uma instrumentalização. Não é algo que se ensina do mesmo modo que se transmite uma informação, pois, na medida em que põe em causa o sujeito, na dimensão inconsciente de suas estruturas, é algo que só pode restar construído a partir de uma experiência que coloque tais estruturas em movimento. A escritura é o rastro deste movimento. É marca, cicatriz, da colocação em marcha das estruturas inconscientes.

A escrita funciona como uma cicatriz, produzindo junção aí onde a cisão é irremediável. É inapagável. Desdobra o que é próprio da posição inconsciente do sujeito. Encerremos com as sábias palavras de quem melhor pode falar sobre a escrita, uma escritora, Marguerite Duras.

Escrever.

Não posso.

Ninguém pode.

É preciso dizer: não se pode.

E se escreve.

É o desconhecido que trazemos conosco: escrever, é isto o que se alcança.

Isto ou nada (1994, p. 47)

Notas

1. Este texto é parte integrante da tese *No operar das fronteiras, a emergência da função autor*.
2. Na introdução de seu livro António Damásio dá um exemplo bastante explícito de constituição de um lugar de leitura para seu texto. Vejamos: “Escrevi esse livro como a minha versão de uma conversa com um amigo imaginário, curioso, inteligente e sensato, que sabia pouco acerca de neurociência, mas muito acerca da vida. Fizemos um acordo: a conversa tinha de ter benefícios mútuos. Para o meu amigo, esses benefícios consistiam em aprender coisas novas acerca do cérebro e daquelas misteriosas coisas mentais; para mim, consistia em esclarecer as minhas próprias idéias à medida em que explicava a minha concepção do que são o corpo, o cérebro e a mente. Concordamos em que não transformaríamos essa conversa em uma aula maçante...” – DAMÁSIO, António R. *O erro de Descartes*: São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
3. Aqui, porém, caberia um adendo. Não se trata, na comunicação oral, do não estabelecimento de um lugar de escuta a quem a fala se dirige. Também aí entra em cena a construção de um certo imaginário que procura dar conta da forma como se está sendo escutado pelo interlocutor. O estabelecimento de estratégias de controle da interpretação parece ser resultante da estrutura da linguagem, qual seja, a característica polissemia do significante, o que permite que uma mesma unidade sonora tenha múltiplos significados, dependendo do contexto em que se encontre. O que acontece, contudo, é que a possibilidade de se valer dos sinais extra-lingüísticos, bem como do discurso do interlocutor, dá, muitas vezes, àquele que fala a *ilusão* de ter estabelecido, por completo, o sentido do que queria dizer. Na escrita, ao contrário, essa não colagem do significante ao significado se faz presente em sua radicalidade, exigindo um movimento a mais na constituição desse imaginário acerca daquele a quem se endereça o texto.
4. A fecundidade de tomarmos as relações entre elementos do ponto de vista topológico e não euclidiano para pensar questões relativas ao humano é desdobrada nessas palavras de Serres: “Se você apanha um lenço e o estende para passá-lo, você pode definir sobre ele distâncias e proximidades fixas. (...) Tome em seguida o mesmo

lenço e amasse-o, pondo-o em seu bolso: dois pontos distantes se vêm repentinamente lado a lado, até mesmo superpostos; e se, além disso, você o rasgar em certos lugares, dois pontos próximos podem se afastar bastante. Denomina-se topologia a essa ciência das proximidades e dos rasgos, e geometria métrica à ciência das distâncias bem definidas. (...) o tempo se assemelha mais a essa variedade amassada do que à plana, excessivamente simplificada. (1999, p. 82-83) Serres inclui o modelo topológico em sua elaboração sobre a simultaneidade do tempo presente nos fenômenos culturais. “O arcaico se encontra sempre a nosso lado, enquanto que, aqui e ali, Lucrécio, está, como se diz, na crista da onda.” (p. 83)

5. Vale pontuar as quatro não-coincidências trabalhadas pela autora, sendo a primeira e a segunda articuláveis desde uma perspectiva Bakhtiniana e a primeira, terceira e quarta desde uma perspectiva Psicanalítica:

- a) não-co incidência *interlocutiva* entre dois co-enunciadores;
- b) não-co incidência *do discurso consigo mesmo*, afetado pela presença em si de outros discursos;
- c) não-co incidência *entre as palavras e as coisas*;
- d) não-co incidência *das palavras consigo mesmas*, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia, etc. (Authier-Revuz, 1998, p. 21).

6. Muitos outros exemplos são referidos pela autora. Aqui seguem alguns:

“A resposta a estas questões é inseparável de uma análise da evolução, desde 1968, do que se chamará mentalidades, se se adota o ponto de vista do historiador, opinião pública se a gente se conforma com a objetividade ou ideologia, dominantes, se se pretende escapar desta última.” (S. Quadruppani, *Catalogue du prêt à penser français depuis 1968*, 1983)” (p. 13)

“(Billie Holiday) era uma mulher fatal, no sentido de que a fatalidade tomou conta dela e não a abandonou jamais; (...)” (F. Sagan, *Avec mon meilleur souvenir*, p. 17)”. (p. 34)

“... eu digo isso porque é dessa maneira, espoliado” (p. 93)

“É aí então que é necessário colocar, eu ia dizer o pacote” (L. Fabius, debate de televisão, 27/10/85)” (p. 92)

7. Conforme lembra Teixeira (2000): “Diz Bakhtin (1993, p. 88): *eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista do outro, e em definitivo, a partir do ponto de vista da comunidade a que pertença (...)* As palavras são sempre e inevitavelmente as palavras dos outros. Somente um Adão mítico, abordando com a sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já-dito na fala do outro. (p. 147)

8. Cabe aqui um pequeno parêntese, chamado a intervir devido à reiterada proposição de Lacan: “não há metalinguagem” (1972/73, p. 160). Como o trabalho que estamos examinando constitui seu objeto na dobra que a linguagem opera sobre ela mesma, na enunciação que procura *imaginariamente* circunscrever o sentido daquilo que é dito, denegando o que Freud denunciou, a saber, que o sujeito não é senhor em sua própria casa, faz-se necessário esclarecer o lugar desde onde o sujeito se debruça sobre seu dizer. A impossibilidade de uma metalinguagem tão propalada por Lacan quer contestar a existência de um lugar exterior à linguagem desde onde esta pode-

ria ser tomada como objeto de reflexão. “ (...) o fato de que se possa falar da linguagem desde seu interior, bem longe de ser discutido, é, ao contrário, certificado e retomado na afirmação segundo a qual *não se pode fazer de outra forma*, quer dizer, não há outro lugar para fazê-lo (...) na ausência de um exterior à linguagem” (1995, p. 12, grifos do autor). A autora aponta para o laço existente entre a recusa em Lacan de situar um lugar exterior à linguagem e a sua recusa de uma concepção da enunciação como uso para comunicar um pensamento o que pressuporia a possibilidade do sujeito de controlar e avaliar o instrumento língua bem como a sua utilização. Se Authier-Revuz vai nos falar de uma flexibilidade do dizer, ela atentarà, a cada passo, que essa flexibilidade não se ancora em um lugar que seria exterior a própria linguagem, lugar cujo acesso estamos barrados enquanto sujeitos constituídos pela linguagem. É desde uma posição na linguagem que o sujeito recorre à flexibilidade do dizer como forma de controlar imaginariamente seu ato, o que só faz revelar a dimensão não-controlável deste ato. Nas palavras da autora, “a forma do comentário meta-enunciativo, aparece como dependente da ‘reprodução’ da linguagem ‘no interior dela mesma’, sobre um modo particular passando pela instalação de uma posição (postura) meta-enunciativa de exterioridade do sujeito em relação a seu dizer – a ilusão da ‘suspensão’ meta-enunciativa (não há mais meta-enunciação exterior à enunciação, assim como não há metalinguagem exterior à linguagem), intervindo aqui (...) como *parte integrante, a título de seu imaginário*, da enunciação”(p. 14-15, grifos do autor)

Com este parêntese queremos dirimir as dúvidas que por ventura se coloquem sobre a possibilidade de uma articulação entre a postulação reiterada de Lacan “não há meta-linguagem” e as elaborações da autora sobre a flexibilidade do dizer. Não há entre estas proposições uma discordância. Ambas compartilham do mesmo paradigma: não há um lugar exterior à linguagem que seja habitável pelo sujeito. Authier-Revuz desdobra as formas que o sujeito encontra de se relacionar com essa ausência.

9. Tomar o vocábulo “outro” em uma acepção “substantivada” faz sentido neste texto, na medida em que, em nosso horizonte, está o Outro (conceito psicanalítico que se refere à linguagem como “tesouro dos significantes”).
10. “Reconhecer que a lingüística não pode ignorar *la langue* nem o não-todo que sem cessar marca suas totalidades, significa reconhecer também a necessidade de redimensionar seu objeto para que ele *suporte* isso que lhe foi atribuído como *exterioridade*” (Teixeira, 2000, p. 127).
11. Authier-Revuz toma como exteriores teóricos as teorias de Bakhtin e de Lacan para pensar a heterogeneidade do e no discurso. Interessante pontuar o fato de que não o faz de forma a emparelhar ambas teorias; antes, localiza nelas uma diferença no estatuto que dão à marca que o outro faz no discurso. “(...) o outro de Bakhtin, aquele dos outros do discursos, o outro-interloctor, pertence ao campo do discurso, do sentido construído em discurso, por mais contraditório que seja, com palavras ‘carregadas de história’; o outro do inconsciente, do imprevisto do sentido, de um sentido ‘desconstruído’ no funcionamento autômato do significante, o outro que abre uma heterogeneidade no discurso – de uma natureza – que não aquela que estrutura o campo do discurso para Bakhtin está ausente do horizonte deste. Há aí uma radical heterogeneidade, que parece ser recusada, nessa teoria da heterogeneidade que quer ser o dialogismo” (Authier-Revuz, 1982, p. 34). Embora

o exame do aporte aos trabalhos de Bakhtin extrapole os limites de nosso trabalho, é interessante retomar as palavras da autora em duas direções. Primeiro, para ter claro a radicalidade em que quer inscrever a heterogeneidade. Segundo, por sua formulação trabalhar com dois autores sem se colocar a incumbência de planificar seus conceitos, mesmo quando se movimentam em regiões aparentemente equivalentes.

12. Ver nota 5.
13. A tradução brasileira utilizada neste texto é a da Editora Imago. Nela os termos *verneinung* e *verdrängung* são traduzidos, respectivamente, por negativa e repressão. O presente texto mantém a tradução referida nas citações. Quando se tratar de uma elaboração própria dos conceitos utilizarei denegação para *verneinung* e recalcque para *verdrängung*.
14. Não tomaremos o estudo de Ducrot sobre as negações como ponto de reflexão neste estudo.
15. Nesse sentido as palavras de Willemart (*apud* Calil, 1995) são bastante esclarecedoras: “a impossibilidade do escritor prever o que fará, apesar das anotações de ordem e dos planos. Que seja antes ou depois de tal momento de escritura, o escritor se sente ultrapassado, para não dizer desamparado, e não pode manter uma posição definida de antemão. O inesperado o surpreende a cada rasura” (p. 138).
16. Vale aqui lembrar o trabalho de Freud *Psicopatologia da vida cotidiana*, de 1901, onde examina de forma pormenorizada o que denominou de ato falho, forma de expressão que escapa à intencionalidade do sujeito e que dá conta da interferência do inconsciente no consciente.

Referências Bibliográficas

- AUTHIE-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). *Caderno de Estudos da Lingüísticos*. Campinas, n. 19, p. 25-42, jul/dez, 1990
- _____. *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso*. 1982, mimeo.
- _____. Falta do dizer, dizer da falta: as palavras do silêncio. In: ORLANDI, Eni (Org) *Gestos de leitura*. Campinas: Ed.Unicamp, 1994.
- _____. *Ces mots qui ne vont pas de soi. Boucles réflexives et non-coïncidences du dire. Tome 1* Paris: Larousse, 1995.
- _____. *Palavras incertas – as não-coïncidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BIRMAN, Joel. *Por uma estilística da existência*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- CALIL, Eduardo. *Autoria – (e)feito de relações inconclusas*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 1995.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Nova Perspectiva, 1979.
- _____. *Seis passeios pelo bosque da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- DURAS, Marguerite. *Escrever*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FREUD, S. Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

- _____. A negativa. In: *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 295-308.
- HYPPOLITE J. Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud. In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. O Estádio do Espelho como formador da função do [eu] tal qual nos é revelada na experiência psicanalítica. In: *Cadernos Lacan – 1ª Parte*. Porto Alegre: Associação Psicanalítica de Porto Alegre: 1996, p. 7-14.
- _____. Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung* de Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a *Verneinung* de Freud. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. Função e campo da fala e linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Mais, ainda*. O seminário 20. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 405.
- MASSON, Jeffrey Moussaieff. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887- 1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.
- PEREIRA DE CASTRO, M. F. A interpretação: a fala do outro e a heterogeneidade da fala da criança. Alteridade e heterogeneidade. *Revista do Mestrado de Letras de UFSM*. n. 14, jan/jun, 1997, p. 125-138.
- RICKES, S. M. *Autoria e produção textual – um estudo sobre a escrita que tematiza a clínica*. Porto Alegre, 1988. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da UFRGS, 1998.
- SCHÄFFER, Margareth. Constituição da subjetividade: um estudo da negação no discurso do neurótico e do psicótico. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 127-168, jun., 1999.
- SERRES, Michel. *Luzes*. São Paulo: Unimarco, 1999.
- SETTINERI, Francisco Franke. A adolescência como posição subjetiva: uma abordagem discursiva. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 169-220, jun, 1999.
- TEIXEIRA, Marlene. *Análise de discurso e psicanálise – elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- WILLEMART, Philippe. *Nos bastidores da criação literária*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

Simone Moschen Rickes é psicanalista, membro da APPOA e professora da Faculdade de Educação da UFRGS.

Endereço para correspondência:

Rua Parque dos Nativos, 121
91360-370 – Porto Alegre – RS
E-mail: srickes@pro.via-rs.com.br